

PREMISSAS SOBRE UNIVERSIDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E A TEORIA DOS CAMPOS*

PREMISES ABOUT UNIVERSITY, PUBLIC POLICIES, AND FIELD'S THEORY

Mariana Westrup **1**
Kelly Gianezini **2**

Mestranda em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC. **1**
E-mail: marianapereirah@gmail.com

Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em **2**
Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC e líder do Grupo de Estudos
sobre Universidade (GEU). E-mail: kellygianezini@gmail.com

Resumo: A universidade é uma das responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico dos países que se destacam por sua reputação em produções e inovações. Diante das transformações pelas quais a sociedade vem passando desde a entrada do século XXI, é possível manter as antigas atribuições e, paralelamente, conferir novas funções a universidade? O objetivo do artigo é revelar premissas acerca do papel da universidade, das políticas públicas e a correlação com a teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Os procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa aplicados na pesquisa foram preparados e sistematizados por meio de revisão bibliográfica cronologicamente organizados com o auxílio do software Endnote®. Uma das contatações obtidas nesta pesquisa foi que as universidades permanecem contribuindo para a formação de sujeitos com capacidade de reflexão, análise e transformação da sociedade, fornecendo mão de obra qualificada para os diferentes setores (da educação, da ciência, da tecnologia, de órgãos governamentais entre outros). **Palavras-chave:** Educação superior; Pierre Bourdieu; Globalização; Desenvolvimento.

Abstract: The university is one of the responsible factors for the scientific and technological development of the countries that stand out due to its production and innovation reputation. Facing the transformations throughout which society has been going since the beginning of the twenty-first century, is it possible to keep the old attributions and, parallelly, attribute new functions to the university? The goal of the article is to reveal premises around the universities' role, public policies and the correlation with Pierre Bourdieu's field's theory. The methodological procedures of qualitative approach applied in the research were prepared and systemized through a bibliographical review chronologically organized with the aid of the software Endnote®. One of the realizations obtained in this research was that universities keep contributing to the formation of subjects capable of reflexion, analysis and transforming society, supplying qualified labor strength to different sectors (education, Science, technology and governmental organs, amongst others). **Keywords:** Superior education, Pierre Bourdieu, Globalization; Development.

* Este artigo está vinculado à linha de pesquisa Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e faz parte de um projeto maior intitulado "Políticas públicas e educação superior: motivações, tensões e alianças na pós-graduação stricto sensu" o qual recebeu fomento por meio do edital nº 206/2018 e da FAPESC. As autoras agradecem aos colegas pesquisadores – professores e estudantes – pela atenta leitura crítica e criteriosa do material. Também agradecem aos pareceristas anônimos que contribuíram com sugestões relevantes às quais na medida do possível foram incorporadas para a versão final do artigo e, especialmente, à Laura Girelli pela revisão do abstract e à Talita Duarte pela revisão da língua portuguesa.

Introdução

As novas transformações do mundo podem emergir a partir do conhecimento construído pelo homem no campo científico. Ante a essa ideia, tornam-se relevantes os efeitos e a influência que a educação superior¹ possui perante a coletividade. Para assegurar o acesso e a permanência a esse grau educacional, é imprescindível a criação e a implementação de políticas públicas que garantam o ingresso e a perenidade daqueles que não possuem condições financeiras para alcançá-lo (GIANEZINI, 2014).

A universidade, por sua vez, é uma das responsáveis pelo desenvolvimento científico e tecnológico dos países que se destacam por sua reputação em produções e inovações (CORBUCCI, 2007; SANTOS, 1989). Cabe à educação superior, no que lhe diz respeito, desenvolver o pensamento crítico dos indivíduos pertencentes a esse espaço a fim de que se tornem sujeitos de transformação no campo em que atuam. Isto posto, observa-se que a ciência representa descobertas, produção do conhecimento e, simultaneamente, investigações contínuas, ou seja, elementos presentes na missão da universidade (GIANEZINI, et al., 2016a; MENEZES, GIANEZINI, 2016; GIANEZINI, et al., 2016b). Decorre, nesse sentido, que as universidades sofrem tensões advindas de todas as direções, ao mesmo tempo em que o Estado² atenua políticas públicas de incentivo e de fomento relativos à pesquisa científica e à educação superior como um todo.

Considerando tais constatações e diante das transformações pelas quais a sociedade vem passando desde a entrada do século XXI, questiona-se: é possível manter as antigas atribuições e, paralelamente, conferir novas funções a universidade? O objetivo deste artigo, desse modo, é revelar premissas acerca do papel da universidade e das políticas públicas³ por meio da correlação com a teoria dos campos de Pierre Bourdieu.

De abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos aplicados na pesquisa foram preparados e sistematizados em dois momentos. Primeiramente, examinou-se a literatura com o intuito de compreender os debates sobre a universidade e as políticas públicas e, em especial, perceber com essas questões estão relacionadas com a teoria dos campos do sociólogo Pierre Bourdieu. Trata-se, pois, de um artigo científico de revisão bibliográfica, cujo processo se deu por meio do olhar para textos acadêmicos e científicos coletados e, cronologicamente, organizados com o auxílio do *software Endnote*[®]. Após, foi realizada uma releitura dos mesmos. Em um segundo momento, o estudo abarcou a elaboração do texto argumentativo-reflexivo-interpretativo.

Para a compreensão da função da educação superior para a sociedade e o entendimento da sua história no Brasil, percebendo como o seu processo se retratou ao longo dos anos e quais os seus reflexos, foram utilizados, como base teórica, os autores Corbucci (2007), Santos (1989; 2002) e Zabalza (2004). A literatura de Pierre Bourdieu (1983) foi o alicerce no que tange à noção de campo, o qual é considerado, pelo autor, como um espaço autônomo dotado de suas próprias normas, as quais independem das leis sociais. O autor propõe que tal esfera se compõe de agentes que produzem e adquirem conhecimento, e ressalta, ainda, que é o lugar que tais agentes ocupam dentro do campo que determina suas posições. Bourdieu (1983) realça as características internas do campo simbólico, compreendendo as relações sociais ali presentes, as quais, para o autor, são afetadas diretamente pelo sistema social fundamentado em relações de dominação.

No que se refere às políticas públicas, as autoras Bucci (1997) e Souza (2006) contribuíram para o entendimento do surgimento da área, destacando a relevância da criação de políticas advindas do Estado. Prá e Cheron (2014) enfatizam a importância da implantação e implementação de políticas públicas pontuais e evidenciam a desigualdade social, educacional e de condições de vida da população brasileira. Apontam que, mesmo com um sistema de Estados ditos democráticos e igualitários, ainda sucedem imprecisões nesses domínios. Sustentando essa dinâmica, os autores Furtado (1980) e Sen (2010) fundamentam a noção de desenvolvimento e de globalização, por meio da descrição de suas bases e características, relacionando-as, ainda, às necessidades da população.

Para cumprir com a aspiração aqui proposta, este trabalho foi estruturado em cinco partes

1 Neste trabalho serão utilizados como sinônimos os termos educação superior e ensino superior.

2 O termo "Estado" mencionado neste trabalho se refere ao ente soberano nacional que objetiva o bem comum de um povo situado em um determinado território (JUS, 2018).

3 As políticas públicas são frequentemente tomadas para objeto de estudo no GEU e os principais resultados publicizados (BARRETTO, BARBOSA, GIANEZINI, 2016a; 2016b; 2016c; 2016d).

com as principais ponderações sobre a teoria dos campos e os papéis da universidade, das políticas públicas, do desenvolvimento e da globalização. Nas partes finais, além dos agradecimentos e das referências, foram sinalizadas as principais considerações obtidas com este estudo.

Conceitos propostos por Pierre Bourdieu

Partindo da concepção de que, na sociologia, utiliza-se a nomenclatura estrutura para referir-se à “estrutura social”, é vital compreender de que forma uma estrutura é formada dentro da sociedade, haja vista sua constituição por um corpo social de classes ou grupos de *status*, junto a sua posição e a atribuição das relações estabelecidas entre si. A partir da noção de organização social, entende-se que cada classe social ocupa uma posição numa estrutura definida dentro de um enquadramento histórico, sendo produto das relações mantidas entre outras partes que compõe tal meio (BOURDIEU, 1983).

A classe social é determinada pelo sistema no qual está inserida, e a sua definição está relacionada ao contexto social em que se faz presente, esteja ela em uma pequena comunidade ou em uma cidade grande. Para compreender uma classe social, dessa forma, é preciso se ater à percepção de quais estruturas pertence, e não apenas aos seus elementos. Isso se deve ao fato de que duas classes semelhantes, definidas por condições de existência e práticas profissionais iguais, quando postas em estruturas sociais opostas, conseguem distinguir-se caracterizadamente, apresentando propriedades distintas, pelo fato de ocuparem posições estruturalmente diferentes. Ademais, por meio da comparação de dois grupos característicos por condições de vivência e práticas profissionais distintas, ocupantes de posições homólogas em sua estrutura, é possível perceber que o inverso também ocorre, pois apresentarão condutas semelhantes apesar do contraste quanto à estrutura social (BOURDIEU, 1983).

À vista disso, para compreender as produções culturais e o uso social da ciência, não basta realizar um recorte e interpretar somente o conteúdo textual de tal produção, seja ela literária ou científica. Também não basta apropriar-se do espaço em que os indivíduos estão. Entre a obra produzida e o cenário em que o sujeito se encontra, há um setor intermediário que Bourdieu chama de campo.

A noção de campo remete-se a uma esfera que se compõe daqueles que produzem e adquirem conhecimento, e é o lugar em que os sujeitos ocupam nesse âmbito que determina seus posicionamentos (BOURDIEU, 2003): “[...] cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2003, p. 26). É significativo, pois, analisar o sentido do trajeto social do indivíduo, e não somente a sua condição ou posição de um dado grupo na estrutura social. No mesmo sentido, não cabe realizar um recorte de sua posição relativa, seja ela superior, média ou inferior. Bourdieu pondera ser impossível dar conta da estrutura do mundo social sem introduzir o conceito de capital em todas as suas manifestações, e não apenas na forma reconhecida pela teoria econômica; uma vez que a teoria econômica foi deixada para impor uma conceituação de capital de uma prática econômica, que é uma invenção histórica do capitalismo. Esse conceito científico-econômico de capital reduz o universo de relacionamentos de intercâmbio social para a simples troca de bens, que é objetiva e subjetivamente orientada para a maximização do lucro, bem como direcionado pelo interesse pessoal ou próprio (BOURDIEU, 2001, p. 133, - Tradução Livre).⁴

A concepção de capital pode ser considerada nas suas formas social, econômica e cultural, caracterizando-se como capital social, capital econômico e capital cultural, respectivamente. O capital social corresponde às relações entre os agentes pertencentes a um determinado grupo, e que estão interligados nesse espaço e possuem propriedades comuns por meio da manutenção e obtenção destas relações sociais (BOURDIEU, 1998).

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações

4 No original, em espanhol “En efecto, es imposible dar cumplida cuenta de la estructura y el funcionamiento del mundo social a no ser que reintroduzcamos el concepto de capital en todas sus manifestaciones, y no sólo en la forma reconocida por la teoría económica. La teoría económica se ha dejado endilgar un concepto de capital a partir de una praxis económica que es una invención histórica del capitalismo. Este concepto científico-económico de capital reduce el universo de las relaciones sociales de intercambio al simple intercambio de mercancías, el cual está objetiva y subjetivamente orientado hacia la maximización del beneficio, así como dirigido por el interés personal o propio” (BOURDIEU, 2001, p. 133).

mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 67).

O capital cultural refere-se à educação, a qual é indispensável para o desenvolvimento humano, bem como para determinar a posição dos agentes nas estruturas sociais tanto quanto o capital econômico, o qual se refere à produção e obtenção de bens econômicos. Devido às desigualdades sociais presentes no corpo social e escolar, sobrevêm certas disparidades que ocasionam a exclusão de certos indivíduos do sistema educacional, fazendo com que apenas aqueles que tiveram acesso à educação e são providos de capitais econômico e social consigam alcançar determinadas camadas (BOURDIEU, 1998). Para Bourdieu (1998, p. 74), “[...] o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado – que pode ser colocado a seu serviço”. Ademais, o autor afirma:

[...] aquilo que define a estrutura de um campo num dado momento é a estrutura da distribuição do capital científico entre os diferentes agentes engajados nesse campo. [...] o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico [...] (BOURDIEU, 2003, p. 26).

Considera-se a noção de campo relacionada ao local em que acontecem as relações dos agentes (indivíduos e grupos) que, por meio de ações estratégicas, mantêm ou melhoram as suas posições dentro da estrutura social. O comportamento que legitima tais indivíduos, denominado *habitus*, é constituído pelo poder simbólico que reconhece os membros integrantes do campo por meio de tais práticas. Desse modo, *habitus* são as práticas das ações cotidianas, socialmente construídas, que caracterizam determinado grupo de agentes, e em que tais ações podem ser modificadas no interior do campo que fazem parte (BOURDIEU, 2007).

Minha hipótese consiste em supor que, entre esses dois pólos [*sic*], muito distanciados, entre os quais se supõe, um pouco imprudentemente, que a ligação possa se fazer, existe um universo intermediário que chamo o *campo literário, artístico, jurídico ou científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece às leis sociais mais ou menos específicas (BOURDIEU, 2003, p. 20).

O conceito de campo indica uma região autônoma provida de suas próprias regras que, mesmo conformadas às leis sociais, não se assemelham necessariamente. Uma das indagações acerca dos campos é a dimensão de autonomia que possuem em relação ao campo externo e entre os diferentes campos científicos. O mesmo ocorre entre diferentes instituições, em que a métrica de suas autonomias se mostra relativamente difícil de ser medida. A objeção de mensurar a autossuficiência desses campos é identificar a origem das pressões externas, ou seja, quais são os fatores extrínsecos que impulsionam as ações divergentes que condicionam esse espaço a reconhecer suas próprias características inerentes ao seu âmbito (BOURDIEU 2003). A partir do reconhecimento da autonomia de cada campo, Bourdieu (2003, p. 21) destaca:

[...] é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo

científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo. Uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de *refratar*, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas.

Em relação à legitimidade cultural de um campo, menciona-se que, quanto mais aspectos de agregação de valor a sua produção possuir, ou seja, maior busca por novas técnicas, estilos e aspectos que o diferenciem, mais proporcionará reconhecimento na esfera cultural disponível em um determinado período temporal. O próprio campo cultural impulsiona os intelectuais e os artistas na construção de uma dialética de diferenciação artística. A produção de um campo cultural seleciona o seu público à medida que possui dois tipos de produção nos quais suas distribuições são efetivadas por meio de distinção: a produção erudita, destinada às classes dominantes, e a produção de bens simbólicos, os quais são destinados ao grande público (BOURDIEU, 1983).

A autonomia de um determinado campo relaciona-se a sua capacidade de transformação, mesmo sujeita às pressões externas, e o seu interior é constituído por uma esfera de competição entre os agentes que o compõe. Tal ação conserva-se a fim de manter ou aperfeiçoar a natureza de certo campo. Esses agentes, a exemplo das empresas no campo econômico, criam o espaço, cuja existência decorre das relações estabelecidas no interior do ambiente (BOURDIEU, 2003).

Bourdieu (2003, p. 23) sublinha que “é a *estrutura das relações objetivas* entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer”. Ou seja, tal convívio social possibilita e comanda as intervenções científicas, os pensamentos e perspectivas, os temas escolhidos e trabalhados, os objetos de estudos, dentre outros fatores determinados pela posição em que os agentes ocupam nessa estrutura. O autor referenciado exprime que a compreensão da ação de um determinado agente envolvido num determinado campo, seja ele cientista ou economista, está sujeita a apropriação da posição em que ele ocupa nesse campo. Logo, conhecer o lugar a partir do qual o sujeito está se expressando é fundamental.

Universidade e desenvolvimento

Como dito anteriormente, a educação superior possui certa função no desenvolvimento científico e tecnológico dos países bem posicionados na escala mundial. O acesso à educação básica e a erradicação do analfabetismo foram fatores de progresso convergentes a essas nações. Por sua vez, a deferência que o ensino superior possui caracteriza-se **não apenas pela promoção de condições para** que essas intenções sejam contempladas, mas, também, pelo impulso ao avanço e desenvolvimento científico e técnico desses países, os quais buscam a ampliação e qualificação dos quadros profissionais requisitados pelos setores da educação, da ciência e tecnologia, de órgãos governamentais e dos setores produtivos (CORBUCCI, 2007).

Verifica-se que a universidade objetiva adquirir conhecimentos por meio da investigação e formação integral do indivíduo, sendo essa “sua missão eterna”. Santos (1989, p. 12) elenca, em ordem decrescente de importância, os três objetivos da universidade:

[...] porque a verdade só é acessível a quem procura sistematicamente, a investigação é o principal objectivo da universidade; porque o âmbito da verdade é muito maior que o da ciência, a universidade deve ser um centro de cultura, disponível para a educação do homem no seu todo; finalmente, porque a verdade deve ser transmitida, a universidade ensina, e mesmo o ensino das aptidões profissionais deve ser orientado para a formação integral.

Observa-se que o papel da universidade está correlacionado ao acolhimento permanentemente, em seu âmbito, de indivíduos dispostos a adquirir conhecimentos que possam

transformar o seu meio; bem como de sujeitos cientes da significância das instituições de ensino como alicerces de formação para a atuação no mercado de trabalho em uma posição de vantagem. Cabe, como aduz Santos (1989), a efetivação da mudança na sociedade por parte da universidade, por meio da transformação de seu habitat, a partir das competências adquiridas em seu espaço e das experiências propiciadas aos indivíduos que têm a destreza de fazê-lo.

Zabalza (2004) corrobora a discussão ao afirmar que o comportamento das universidades está relacionado com a esfera social e cultural em que estão situadas e que, a partir daí essas instituições exprimem seus estilos, pensamentos e contradições. Logo, é preciso destacar que o modo como diferentes países concebem a educação superior, criam e selecionam conteúdos, bem como as maneiras como convivem, dentre outros aspectos, são diferentes, pois essas características estão relacionadas com todo o ambiente do qual esses países fazem parte. Consequentemente, todo esse cenário reflete, em certa medida, nas universidades.

Ao se analisarem as principais características da universidade medieval, pode-se observar que o campo acadêmico era constituído por uma esfera de contendas e ideias. O professor e o aluno dialogavam e, ainda que os seus pensamentos divergissem, a universidade era um espaço de debate na construção do conhecimento. É importante, nesse sentido, refletir sobre o fortalecimento dessa essência da universidade, para que ela possa se constituir como um centro de aprendizagem por meio da construção e desconstrução de pensamentos com base nas relações de vida. Propõe-se, pois, o desafio de aplicar tais referências no contexto acadêmico (FRANCO, 2016). Isso implica uma série de condutas de todos aqueles que constituem partes da universidade, para que as trocas de concepções e princípios alcancem todos os seus ambientes, e não, exclusivamente, alguns espaços, disciplinas ou cursos específicos (FRANCO, 2016).

Santos (1989) atribui à universidade o papel de desenvolver o pensamento crítico do indivíduo, por meio do Estado e da sociedade, em que os membros concentram esforços com um objetivo em comum, o de buscar a verdade. Perante tal concepção, o autor constata que tais agentes se mostram despreparados para enfrentar esse cenário de transformação e apontam dificuldades no que diz respeito à estrutura e modificação de processos.

O Brasil é um país que enfrenta diversos desafios, dentre eles situam-se a diminuição da pobreza e da desigualdade social. Atribui-se ao campo da educação superior não apenas a própria incumbência da geração de conhecimentos ou da formação em escala de recursos humanos para o desempenho de cargos distintos, mas também a formação de profissionais com senso crítico e tecnicamente capacitados a serem agentes de mudança (CORBUCCI, 2007).

Ao comparar o ingresso à educação superior no Brasil ao mesmo processo em outros países, Corbucci (2007) considera-o seletivo, de difícil acesso, e atribui esse fenômeno aos altos índices de reprovação e retenção que resultam da evasão escolar. Ou seja, os transtornos começam no princípio da formação do estudante brasileiro, uma vez que metade dos alunos que ingressam na primeira série do ensino fundamental não consegue concluí-lo. Em contrapartida, a maior parte dos estudantes que conquistam o diploma do ensino médio não tem condições para ingressar no ensino superior. Pode-se cogitar que o difícil acesso às universidades é devido às circunstâncias sociais e econômicas de parte dos estudantes que concluem o ensino médio, considerando a pequena oferta de vagas do sistema público de ensino.

No que diz respeito à produção científica e tecnológica mundial, o Brasil cresceu sua atuação entre os anos de 1985 e 2002, em uma crescente de 0,5% para 1,8% do total de trabalhos publicados em periódicos dispostos nos índices das bases de dados do *Institute for Scientific Information* (ISI), indicador que posicionou o país em 17º lugar. Todavia, tais domínios não têm se transformado em práticas produtivas. Ainda que o país esteja em uma melhor situação em comparação a outros países da América Latina, não há um setor produtivo específico que invista em pesquisa e desenvolvimento (CORBUCCI, 2007).

Furtado (1980) descreve o conceito de desenvolvimento em dois fundamentos: o primeiro refere-se ao sistema social de produção que é apresentado como o principal indicador de desenvolvimento, viabilizando a acumulação e o aperfeiçoamento técnico; o segundo está relacionado ao grau de satisfação das necessidades humanas. Defronte da pertinência do sistema social de produção, cabe salientar que esse elemento por si só não garante a satisfação das necessidades da população, pois há um alto índice de vulnerabilidade social em algumas localidades

em que **são implementadas novas técnicas.**

A sociedade faz exigências à universidade em um contexto em que as políticas de financiamento do Estado tornam-se cada vez mais escassas. Para a viabilização das práticas de produção e transmissão de conhecimento, no entanto, faz-se necessário o emprego de recursos financeiros, humanos e institucionais. Cabe à universidade defrontar os desafios que lhe são impostos e constituir-se como um centro de cultura disponível para a educação orientada na busca pela formação integral do indivíduo (SANTOS, 1989).

Globalização e políticas públicas⁵

Com o passar dos anos, as Instituições de Educação Superior (IES) passaram por diversas mudanças em sua autonomia e identidade. Tal fato relaciona-se à globalização, fenômeno que afetou principalmente as organizações de pequeno porte e, por conseguinte, acarretou o surgimento de associações e fusões, tornando, assim, o mercado de ofertas de cursos superiores mais competitivos (ZABALZA, 2004).

Santos (2002) destaca a globalização dos sistemas de produção como um marco significativo nas relações mundiais, considerando seu impacto para a viabilização da propagação de informações por intermédio dos meios de comunicação, do transporte facilitado para o deslocamento de pessoas, dentre outros benefícios provenientes da integração entre os países. Tal conjuntura reflete um fenômeno caracterizado pelo envolvimento de aspectos econômicos, sociais, políticos culturais e religiosos.

Conforme Sen e Kliksberg (2010), a globalização tem colaborado com o desenvolvimento mundial por meio da disseminação de influências culturais e dos diversos meios de obtenção de conhecimento. Os autores ressaltam, ainda, que tais relações se apresentam eficientes na evolução de diversos países. Essa multinacionalização promove a integração entre diferentes nações, proporcionando maior relacionamento, oportunidades de negócio e inter-relações entre diferentes povos. Entretanto, nos últimos anos, a globalização tem se mostrado heterogênea e preponderante às diferenças, visto que a conformidade observada em primeiro instante se transformou em disparidades sociais.

Acresce que a globalização [...] em vez de se encaixar no padrão moderno ocidental de globalização – globalização como homogeneização e uniformização – [...] parece combinar a universalização e a eliminação das fronteiras nacionais, por um lado, o particularismo, a diversidade local, a identidade étnica e o regresso ao comunitarismo, por outro. Além disso, interage de modo muito diversificado com outras transformações no sistema mundial que lhe são concomitantes, tais como o aumento dramático das desigualdades entre países ricos e países pobres e, no interior de cada país, entre ricos e pobres, a sobre população, a catástrofe ambiental, os conflitos étnicos, a migração internacional massiva, a emergência de novos Estados e a falência ou implosão de outros [...] (SANTOS, 2002, p. 1).

Com base nessa nova estrutura dos sistemas produtivos, baseados na globalização e implementados nas últimas décadas do século XX, compete, aos países em desenvolvimento, tornarem-se agentes de consumo dos bens e serviços tecnológicos, ou ainda, fazerem parte da execução e montagem de bens industrializados, visto que essa etapa não possui valor agregado algum ao preço do produto final. Destaca-se, então, a necessidade da criação de políticas públicas que viabilizem a produção de conhecimento científico e de recursos financeiros, assegurando a transformação de tais pesquisas em novas tecnologias e elementos de agregação de valor por parte do setor produtivo (CORBUCCI, 2007).

Nesse sentido, o crescimento do interesse pelas políticas públicas nas últimas décadas se

⁵ Está sendo realizada, com a previsão de conclusão para fevereiro de 2018, uma pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico sobre o mote políticas públicas para a educação superior em Santa Catarina (SC) em desdobramento desse estudo.

dá por diversos fatores. Dentre eles, situa-se a incorporação de ações de contenção de gastos, principalmente nos países em desenvolvimento, com a quebra de paradigmas acerca das funções dos governos, os quais substituíram as políticas keynesianas do período pós-guerra por políticas restritivas de gasto. Tais restrições econômicas impostas pelo Estado, consequentes do ajuste fiscal, implicaram a adoção de medidas estreitas por parte das políticas econômicas e sociais. Outro aspecto primordial diz respeito aos países da América Latina, que se mostram desprovidos de políticas públicas eficientes no âmbito do desenvolvimento econômico e de promoção de inclusão social, considerando que o andamento de tais ações depende de elementos intrínsecos e extrínsecos a esses agentes (SOUZA, 2006).

Ao analisar-se um país como o Brasil, que se posiciona entre os países mais desiguais do mundo, ainda que não pertença ao quadro de países mais pobres, salienta-se a relevância de políticas públicas. O país referenciado, ainda que conte com estados formalmente democráticos, representados a partir de eleições constantes e governos eleitos pela sociedade, apresenta lapsos no que diz respeito ao bem-estar da população, incluindo fatores como segurança, condições de moradia, acesso à educação, dentre outros (PRÁ; CHERON, 2014).

O aumento dos investimentos em educação proporciona melhora em níveis econômicos, sociais e de renda, mas, para que isso ocorra, é preciso que se constituam políticas públicas inclusivas. É elementar que o Estado garanta formas de acesso e permanência ao ensino superior a todas as camadas da população, excedendo a ideia de que o alcance a educação básica é o suficiente. Considera-se que a esfera acadêmica cria possibilidades, permitindo, por meio desse nível de ensino, que o indivíduo atue de forma qualificada no mercado de trabalho; e, assim, obtenha uma remuneração satisfatória e contribua para o desenvolvimento social e econômico do país (ALFREDO, GIANEZINI, 2016a; 2016b; 2016c; 2016d).

A questão é analisar a responsabilidade do Estado no que diz respeito às adversidades e às desigualdades apontadas pela sociedade, levando em consideração que seus benefícios acabam não atingindo todas as camadas da população (WESTRUP, GIANEZINI, 2018). Dessa forma, prossegue-se a fim de compreender o campo das políticas públicas e suas perspectivas.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo –, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos (SOUZA, 2006, p. 22).

Quando se pensa em política pública, logo se relaciona às ações do Estado no que diz respeito ao bem-estar ou benefícios destinados à população. Conforme Souza (2006), não há uma definição singular sobre política pública, e a autora destaca alguns conceitos fundamentados apresentados por outros autores.

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua

sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (SOUZA, 2006 p. 24).

Bucci (1997) afirma que a temática das políticas públicas se torna complexa à medida que se nota a sua origem, que não se situa no campo jurídico, mas, apesar disso, descende da esfera de teorias políticas. Aponta-se isso pelo fato de que a construção do Estado liberal, a qual se deu em razão das limitações do poder, assegurando a liberdade individual em sentido suprimido, e não por meio da ação do Estado fundamentada na construção positiva de gestão da sociedade.

Para perceber se toda a sociedade está sendo atendida e se os sujeitos estão tendo espaços e oportunidades iguais, é preciso reconhecer as adversidades existentes entre os indivíduos a partir de uma nova ótica. Esse novo olhar permite que as diversidades entre os sujeitos passem a ser acompanhadas pelo Estado, contribuindo para que tais ações governamentais contemplem toda a sociedade diante desse cenário de desigualdade (FARAH, 2004).

Atribui-se, ao Estado, o suprimento das necessidades coletivas e de bem-estar da população, contemplando os direitos dos grupos sociais e garantindo a sua segurança. De acordo com Bucci (1997, p. 90):

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento de políticas sociais de saúde, seguridade social e habitação, muito expressivo nos países da Europa e nos Estados Unidos, há um aprofundamento dessa alteração qualitativa das funções do Estado, que do plano da economia se irradia sobre o conteúdo social da noção de cidadania. O dado novo a caracterizar o Estado social, no qual passam a ter expressão os direitos dos grupos sociais e os direitos econômicos, é a existência de um modo de agir dos governos ordenado sob a forma de políticas públicas, um conceito mais amplo que o de serviço público, que abrange também as funções de coordenação e de fiscalização dos agentes públicos e privados.

A área de políticas públicas apresenta a compreensão do *locus* em que se desenrolam os conflitos de interesse dos indivíduos, além da percepção de como as ideias se desenvolvem dentro dos governos que executam as ações em benefício da sociedade. Tal esfera propõe que o todo é mais significativo do que o olhar singular. Sob a ótica teórica, a política pública em geral e a política social são áreas multidisciplinares que objetivam focar nas explicações acerca do caráter da política pública e suas metodologias. Esse cenário fundamenta-se em sintetizar teorias instituídas nos campos da sociologia, ciência política e economia, isso porque quaisquer teorias advindas da política pública necessitam esclarecer as relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006).

A análise da ação governamental compete ao âmbito da política pública, por meio de propostas de mudanças no percurso dessas ações, com o objetivo de que os governos transpareçam os seus propósitos em programas e condutas que resultarão em soluções eficientes ou, até mesmo, mudanças na sociedade em que se fazem presentes (SOUZA, 2006). É preciso que o Estado se posicione em direção aos interesses da sociedade, fazendo com que as políticas criadas atinjam todas as camadas da população. Não basta apenas a criação de tais políticas, faz-se necessário que elas alcancem as classes sociais menos favorecidas.

Considerações finais

O capital cultural propiciado pela educação, em todos os seus níveis de ensino, é indispensável para o desenvolvimento humano, bem como determinante para o posicionamento dos agentes nas estruturas sociais. Porém, compreende-se que assegurar o acesso apenas à educação básica é ineficiente, pois, devido às desigualdades sociais presentes na estrutura educacional, esse processo ocasiona a exclusão de determinados indivíduos do sistema universitário.

As universidades contribuem para a formação de sujeitos com capacidade de reflexão, análise e transformação da sociedade em que estão inseridos, além de fornecer mão de obra qualificada

para os diferentes setores (da educação, da ciência, da tecnologia, de órgãos governamentais entre outros).

Nesse ensejo, a globalização assume um posto significativo no que corresponde ao acesso à informação, à tecnologia e ao conhecimento, proporcionando desenvolvimento entre os países. Esse fato propicia a expansão cultural e da comunicação, promovendo integração e maiores oportunidades de negócios entre os países, e proporcionando a intensificação das relações econômicas.

É preciso que o Estado atue como mola propulsora na criação e implementação de políticas de fomento que atinjam todas as camadas, para que se assegure o acesso ao ensino superior, bem como a permanência dos estudantes nas universidades. Tal instrução oportuniza melhores perspectivas de vida a esses agentes e, conseqüentemente, expansão dos ganhos de capitais social, cultural, intelectual e econômico, além de auxiliar na implementação de mudanças e melhorias na sociedade.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS/UNESC) e à Rede GEU pelo apoio na realização da pesquisa. Ademais, os pesquisadores afirmam que não há conflitos de interesse na publicização deste artigo.

Referências

ALFREDO, C. B.; GIANEZINI, K. Políticas públicas de educação em Santa Catarina: pesquisa no banco de teses da CAPES. In: II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Políticas de Formação nos Países Ibero-Americanos, 2016, Criciúma. **Anais...** do II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Políticas de Formação nos Países Ibero-Americanos, 2016a. p. 773-775.

ALFREDO, C. B.; GIANEZINI, K. Políticas Públicas de Educação Superior em Santa Catarina: uma revisão sistemática no Brasil. In: IV Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior e V Seminário Internacional de Gestão Educacional, 2016, Santa Maria - RS. **Anais...** do IV Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior e V Seminário Internacional de Gestão Educacional. Santa Maria: UFSM, 2016b. p. 291-302.

ALFREDO, C. B.; GIANEZINI, K. Políticas públicas de educação superior em Santa Catarina: uma revisão sistemática no Brasil. In: VII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP), 2016, Madrid, España. **Anais...** do VII Congreso Internacional en Gobierno, Administración y Políticas Públicas, 2016c. p. Octubre-2016-437.

ALFREDO, C. B.; GIANEZINI, K. Sociedade e políticas públicas: o Fundo de apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), em Santa Catarina (SC). In: I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2016, Criciúma. **Anais...** da I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2016d.

BARRETTO, L. M.; BARBOSA, G. D.; GIANEZINI, K. Conceitos, definições e constatações: estudo sobre as políticas públicas e as ações afirmativas na educação superior. In: VII Semana de Ciência e Tecnologia, 2016, Criciúma. **Anais...** da VII Semana de Ciência e Tecnologia. Criciúma: UNESC, 2016a.

BARRETTO, L. M.; BARBOSA, G. D.; GIANEZINI, K. Estudo das políticas públicas e ações afirmativas na educação superior. In: XII Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (SEPesq) e XVIII Jornada de Iniciação Científica, 2016, Porto Alegre. **Anais...** XII Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação (SEPesq) e XVIII Jornada de Iniciação Científica, 2016b.

BARRETTO, L. M.; BARBOSA, G. D.; GIANEZINI, K. Políticas públicas e ensino superior: revisão sistemática no banco de teses da CAPES (2011-2012). In: VII Semana de Ciência e Tecnologia, 2016, Criciúma. **Anais...** da VII Semana de Ciência e Tecnologia. Criciúma: UNESCO, 2016c.

BARRETTO, L.; DARIO, G.; GIANEZINI, K. Políticas públicas e ações afirmativas: diferença entre programas governamentais. In: II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Políticas de Formação nos Países Ibero-Americanos, 2016, Criciúma. **Anais...** do II Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Políticas de Formação nos Países Ibero-Americanos, 2016d. p. 779-781.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1983.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. **Escritos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BOURDIEU, P. **Poder, derecho y classes sociales**. Bilbao, ES: Desclée de Brouwer, 2001.

BUCCI, M. P. D. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 133, jan./mar. 1997.

CORBUCI, P. R. **Desafios da Educação Superior e Desenvolvimento no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1887/1/TD_1287.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DARIO, G.; BARRETTO, L.; GIANEZINI, K. Pesquisa sistemática acerca de políticas públicas e ensino superior na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (1978/2016). In: I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2016, Criciúma. **Anais...** da I Jornada Nacional de Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2016.

FARAH, M. F. S. Políticas públicas e gênero. In: GODINHO, T. (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenaria Especial da Mulher, 2004. p.127-142.

FRANCO, S. R. K. **Educação superior e contextos emergentes**. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS – Editora Universitária da PUC, 2016.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GIANEZINI, K. **Educação e sociedade**: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas. 2014. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GIANEZINI, K. et. al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, p. 1065-1084, mar. 2017.

GIANEZINI, K.; BARRETTO, L.; VIEIRA, R. S. Políticas públicas e seu processo de criação: apontamentos introdutórios. In: COSTA, M. M. M. da C.; RODRIGUES, H. T. (Orgs.). **Direito & Políticas Públicas Volume X**. 1 ed. Curitiba: Multideia, 2015, v. 10, p. 161-172.

GIANEZINI, K.; et al. A formação da carreira científica no âmbito de grupos de pesquisa: percepções e práticas de iniciação científica em um curso de direito. **Holos** (Natal. Online), v. 4, p. 339-351, 2016a.

GIANEZINI, K.; et al. Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU): experiências de iniciação científica (IC) no curso de direito. In: PREVE, D. R.; GIANEZINI, M.; MUELLER, R. R. (Orgs.). **Temas Contemporâneos em Pesquisa: experiências e trajetórias de grupos de pesquisa nas ciências sociais aplicadas**. I ed. Curitiba: Multideia, 2016b, v. 1, p. 63-81.

GIANEZINI, K.; et. al (Orgs.). **Educação Superior: Políticas Públicas e Institucionais em Perspectiva**. 1. ed. Criciúma e Florianópolis: EdiUnesc Dois por Quatro, 2018. v. 1. 209p.

MENEZES, I. C. B.; GIANEZINI, K. Ciência e Educação: uma análise jurídica do Criacionismo e do Evolucionismo. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 1, p. 01, 2016.

PRÁ, J. R.; CHERON, C. Gênero e políticas públicas na ótica feminista e dos direitos humanos. **Educação e Cidadania**, v. 16, p. 55-70, 2014.

SANTOS, B. S. Da ideia de universidade à universidade de ideias. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 27-28, p. 11-62, 1989.

SANTOS, B. S. Os processos da globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Portugal. Eurozine, 2002.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 16, p. 20-45 jul./dez. 2006.

WESTRUP, M. P. R.; GIANEZINI, K.; GIANEZINI, M. Políticas públicas e pós-graduação *stricto sensu*: o perfil e os reflexos dos contemplados pelo artigo 171. In: VI Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior, 2018, Santa Maria. **Anais...** do VI Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior. Santa Maria: UFSM, 2018.

ZABALZA, M. A. **O ensino Universitário: seu cenário e seus protagonistas**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 6 de novembro de 2018.